

COLÉGIO SÃO LUÍS

**ENSINO MÉDIO
CURSO DE METODOLOGIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

JOSÉ ANTÔNIO CARREIRAS ESTULANO

**Influência dos algoritmos das redes sociais na geração digital
Problemas da subjetivação algorítmica na geração digital e seus impactos na
sociedade atual**

**SÃO PAULO
2025**

JOSÉ ANTÔNIO CARREIRAS ESTULANO

**Influência dos algoritmos das redes sociais na geração digital
Problemas da subjetivação algorítmica na geração digital e seus impactos na
sociedade atual**

Artigo apresentado como requisito de aprovação em “Metodologia de Iniciação Científica”, na 2ª série do EM do Colégio São Luís

Orientadora: Esp. Fernanda da Silva Franco

São Paulo
2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho inteiramente aos meus pais, Adriana Carreiras e João Estulano. Eles são o motivo por todo empenho e esforço que tive nesse trabalho, agradeço a eles pela vida que me proporcionam e os valores que me foram ensinados e toda conquista minha, é deles também. Por isso, Obrigado Pai e Obrigado Mãe

AGRADECIMENTO

Primeiramente, gostaria de agradecer a pessoa que me auxiliou, ensinou, orientou, ajudou cada parte do meu trabalho, minha orientadora, Fernanda da Silva Franco. Agradeço por ser a orientadora do meu trabalho, por ter o conhecimento do meu trabalho, por corrigir a gramática do meu trabalho, por idealizar o meu trabalho. Sou grato por cada fala de motivação, cada gota de vontade de ver meu trabalho finalizado e por ter aceitado o meu trabalho lá no começo do ano.

Gostaria de agradecer aos professores Andrey e Tuna, que foram pilares fundamentais para a criação e revisão de meu trabalho. Agradeço ao Andrey por ser meu professor de TCC, que me ensinou desde os primórdios até os aspectos mais trabalhosos do meu trabalho. Agradeço ao Tuna por ser meu professor de mentoria, que sempre me auxiliou lendo cada parte do meu TCC para ajudar a fazer um trabalho cada vez melhor. Sou grato por cada ajuda que vocês me proporcionaram

Gostaria de agradecer a cada membro da minha família por toda motivação, conhecimento e conversas que tivemos durante o meu trabalho. Agradeço principalmente aos meus pais, Adriana e João e meus primos, Beatriz, Bruno, Fernanda, Gustavo e Victor, agradeço a eles por cada ajuda que eu tive não só durante o trabalho, mas sim na minha vida toda.

Gostaria de agradecer a todos meus amigos que viram o processo e que me ajudaram em todos os momentos, tanto os de foco e concentração, quanto nos momentos de descontração e distração. Principalmente aos meus melhores amigos, André Greco, João Sahib, Miguel Condello, Pietro Trentin e Rodrigo Buissa. Sou grato por cada momento de jogatina, cada risada e cada conversa que tivemos durante a produção de TCC.

EPÍGRAFE

“A internet está nos mostrando aquilo que acha que queremos ver — mas não necessariamente o que precisamos ver.” (Eli Parisier)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar os impactos dos algoritmos de recomendação da Meta na formação da subjetividade de adolescentes, partindo da problemática de que tais sistemas, ao personalizarem o conteúdo exibido nas redes sociais, moldam percepções, emoções e comportamentos, comprometendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual. Metodologicamente, a pesquisa foi de caráter qualitativo e teórico-bibliográfico, sustentada em autores como Michel Foucault, Byung-Chul Han, Tarleton Gillespie, Sergio Amadeu da Silveira e Shoshana Zuboff. A partir da revisão dessas obras e da análise de documentos institucionais e depoimentos públicos, como os de Frances Haugen, buscou-se compreender como os algoritmos da Meta operam como dispositivos de subjetivação e poder simbólico na sociedade digital. Os resultados apontam que os algoritmos não apenas selecionam conteúdos, mas constroem realidades personalizadas que reforçam padrões de consumo, repetição e engajamento emocional, criando bolhas informacionais e diminuindo a exposição a perspectivas divergentes. Essa filtragem contínua contribui para a formação de uma subjetividade dependente da validação digital, marcada pela comparação, pela autoexploração e pela perda da singularidade. Conclui-se que a hipótese foi corroborada: os algoritmos atuam sim como mecanismos de modulação da subjetividade, transformando experiências humanas em dados preditivos e lucros corporativos. Diante disso, o estudo defende a necessidade de políticas de transparência algorítmica e de uma educação digital crítica que permita aos jovens reconhecer e resistir às formas sutis de controle e manipulação presentes nas plataformas digitais.

Palavras-chave: Subjetividade, Tecnologia, Big Techs, Algoritmos de recomendação, Geração Z, Modulação Algorítmica

RIASSUNTO

Questo lavoro ha come obiettivo indagare gli impatti degli algoritmi di raccomandazione di Meta nella formazione della soggettività degli adolescenti, partendo dalla problematica che tali sistemi, personalizzando il flusso dei contenuti in base a metriche di coinvolgimento e interessi economici, modellano percezioni, desideri e comportamenti, influenzando la libertà di pensiero e l'autonomia critica dei giovani. La metodologia adottata è di tipo qualitativo e teorico-bibliografico, basata sull'analisi di autori come Michel Foucault, Byung-Chul Han, Tarleton Gillespie, Sergio Amadeu da Silveira e Shoshana Zuboff, oltre a documenti istituzionali e testimonianze pubbliche come quella di Frances Haugen. Attraverso questa base teorica, si è cercato di comprendere come gli algoritmi agiscano come dispositivi di soggettivazione e di potere simbolico, modulando il modo in cui i soggetti percepiscono se stessi e il mondo. I risultati ottenuti mostrano che gli algoritmi di Meta non si limitano a ordinare informazioni, ma costruiscono realtà personalizzate che rafforzano la ripetizione, la polarizzazione e la dipendenza dalla validazione sociale. Tale dinamica genera effetti diretti sulla salute mentale e sull'autostima degli adolescenti, trasformando le esperienze personali in dati predittivi e le emozioni in strumenti di mercato. Si conclude che l'ipotesi è stata confermata: gli algoritmi agiscono come dispositivi di potere che operano sotto l'apparenza della libertà. Pertanto, si sottolinea la necessità di promuovere un'educazione digitale critica, maggiore trasparenza algoritmica e politiche di regolamentazione che tutelino la pluralità informativa e lo sviluppo sano delle nuove generazioni.

Parole chiave: Soggettività, Foucault, Big Tech, Algoritmi di raccomandazione, Generazione Z, Modulazione algoritmica

SUMÁRIO

1	<i>INTRODUÇÃO.....</i>	9
2	<i>SUBJETIVIDADE.....</i>	12
	2.1 ADOLESCÊNCIA	16
3	<i>ALGORITMOS DE RECOMENDAÇÃO</i>	18
	3.1 META	21
4	<i>análise de resultados</i>	25
5	<i>Conclusão.....</i>	29

1 INTRODUÇÃO

Vivemos uma era marcada pela imersão digital quase total das atividades humanas. A realidade, antes experienciada de forma direta, é hoje filtrada, mediada e organizada por plataformas digitais, cujas estruturas técnicas e lógicas de funcionamento influenciam profundamente os modos de ser, agir e pensar. O digital deixou de ser um espaço separado da vida social para se tornar um espaço importante na sociedade. Entre as inúmeras tecnologias que reconfiguram essa vivência cotidiana, os algoritmos de recomendação emergem como instrumentos centrais na organização do conteúdo, da atenção e da própria subjetividade de seu usuário. Eles não apenas nos mostram o que ver, ouvir e consumir, mas também moldam o que desejamos, tememos, acreditamos e negamos.

Segundo Abraão (2014), a personalização algorítmica, em especial nas redes sociais da META, promove uma experiência digital orientada na maioria das vezes por interesses comerciais, orientando o usuário em ciclos de repetição emocional e cognitiva. O que é apresentado como liberdade de escolha revela-se, muitas vezes, como uma escolha informacional já predefinida pela empresa. Nesse contexto, o cliente não apenas consome conteúdo, ele é continuamente modelado por ele. A subjetividade do usuário torna-se uma disputa entre os algoritmos, que buscam engajamento e lucro, e o desejo humano por sensação, reflexão e liberdade. (ABRAÃO, 2014)

A subjetividade, aqui entendida como uma construção histórica, continua e sentida, não pode mais ser pensada à margem das tecnologias que a constituem (FOUCAULT, 1979). Michel Foucault nos ensina que o sujeito moderno é o produto de saberes, práticas e dispositivos que o criam e moldam. O poder, para Foucault, não age somente pela repressão, mas por técnicas de condução da conduta, por meio das quais os indivíduos aprendem a se governar, a se vigiar e a se normalizar (FOUCAULT, 2014). Dessa forma, Foucault cria os conceitos de biopolítica e governamentalidade, sendo a biopolítica o poder que é exercido sobre algo e a governamentalidade é a forma como se exerce o tal poder.

Na psicopolítica descrita por Byung-Chul Han (2014), esse processo atinge seu ponto máximo, o poder se desloca do corpo para a mente, do espaço público para

peçoal. Os sujeitos tornam-se exploradores de si mesmos, gerenciando sua imagem, sua produtividade e sua relevância em métricas digitais. A liberdade neoliberal não significa emancipação, mas sim a liberdade de performar de forma constante diante de uma plateia invisível (HAN,2017). O sujeito é, ao mesmo tempo, consumidor do produto, espectador e o próprio espetáculo. A imposição da exposição, da vigilância e da transparência é disfarçada sob o discurso de liberdade e autonomia individual. A rede social não apenas espelha a subjetividade, ela a constitui, a disciplina e a condiciona. (HAN, 2014)

É no público adolescente que esses processos se mostram mais agudos. Trata-se de uma faixa etária em processo de formação identitária, emocional e cognitiva (ELKIND,1972). Cujas experiências são amplamente mediadas pelas redes digitais. Ao crescerem sob a lógica da visibilidade, da validação instantânea e da conexão constante, os adolescentes incorporam as regras do jogo algorítmico como se fossem naturais. Curtidas, compartilhamentos e seguidores tornam-se mais do que números, transformam-se em índices simbólicos de valor pessoal e de pertencimento social (HAN,2017). O eu é medido em dados, e o outro é visto como audiência ou concorrente. O resultado é uma subjetividade moldada pela lógica do engajamento e da comparação contínua.

Eli Pariser (2011), ao formular o conceito de bolha de filtros, aponta para os riscos cognitivos e relativos da personalização algorítmica. Ao priorizar conteúdos semelhantes àqueles já consumidos ou apreciados, o contato com ideias divergentes é reduzido, reforçando um ciclo de retroalimentação de conteúdo que empobrece a experiência intelectual e emocional do usuário. Ademais, ao ingerir conteúdo já “curtido”, se gera resistência a conteúdos e ideias diferentes de sua própria, polarizando e fragilizando cada vez mais o meio digital. Desse modo, substitui-se a alteridade pela repetição; enquanto a surpresa dá lugar à reafirmação do já conhecido (PARISIER, 2011). A pluralidade informacional é suprimida pela uniformização dos conteúdos. Isso compromete o desenvolvimento do pensamento crítico, a tolerância e a capacidade de diálogo. Os adolescentes, em fase de construção de valores e visões de mundo, tornam-se especialmente vulneráveis a essa dinâmica. (PARISIER,2011)

Para Parisier (2011), as redes sociais favorecem conteúdos que prendem o usuário em seu aplicativo. Geralmente esses conteúdos são majoritariamente informações superficiais e emocionalmente carregadas, sem aprofundamento ou

análises críticas adequadas (PARISIER,2011) Esses algoritmos, somados à falta de transparência na curadoria de conteúdo, contribuem para um ambiente em que discursos ideológicos se proliferam, que torna, o cidadão incapaz de exercer um pensamento crítico sobre diversas questões, tal como discussão política ideológica. (PARISIER, 2011)

A alienação nas redes sociais não é um acidente de percurso, mas uma função estrutural do modelo de negócios das plataformas. O usuário alienado, emocionalmente envolvido e cognitivamente previsível, é também o mais rentável (PARISIER, 2011). A arquitetura das redes é desenhada para capturar a atenção, prolongar o engajamento e incentivar comportamentos reativos. O tempo de permanência se torna métrica de sucesso, e a reflexão é convertida em distração. O sujeito contemporâneo é treinado para agir rápido, sentir intensamente e julgar superficialmente. Essa aceleração compromete a possibilidade de elaboração subjetiva, de construção de sentido e de resistência ao conformismo. (PARISIER,2011)

Nesse contexto, a subjetividade passa a ser moldada por padrões automatizados que privilegiam a eficiência, o lucro e o engajamento (HAUGEN,2021). O algoritmo não apenas recomenda conteúdos, ele ensina a desejar, a temer, a aprovar e a rejeitar. O sujeito é condicionado a reagir conforme as tendências, os fluxos virais e os discursos dominantes da plataforma (HAUGEN,2021). A singularidade é sufocada pela estatística. A subjetividade torna-se previsível, ajustável e, sobretudo, lucrativa. (HAUGEN,2021)

A juventude, que deveria ser espaço de experimentação, contradição e abertura ao novo, encontra-se muitas vezes confinada em ciclos repetitivos de informação, afeto e identidade. A diversidade é reduzida a categorias de segmentação, e o pensamento crítico é substituído por reações automatizadas. A possibilidade de um sujeito ético, autônomo e engajado politicamente esbarra na lógica da plataforma, que recompensa o performativo, o consensual e o emocionalmente intenso. (PARISIER, 2011)

Em um mundo global de disputas narrativas, extremismos políticos e perda pública de confiança, o bem-estar de algoritmos na modulação da subjetividade passa a ser uma questão de urgência de natureza coletiva (PARISIER,2011). Suas intervenções sobre o pensamento individual e coletivo questionam os modelos clássicos da educação, da ética e da política (HAUGEN,2021). A produção de sujeitos

críticos, autônomos e conscientes que pudessem entender, problematizar e transformar o mundo digital, passa a ser o maior desafio em curso.

Esse desafio está intimamente ligado à defesa do direito à informação como um direito fundamental e inalienável. O acesso pleno, transparente e plural à informação é condição indispensável para a formação de uma opinião pública autônoma, informada e capaz de atuar no espaço democrático. No entanto, o modo como os algoritmos das redes sociais personaliza o fluxo informativo compromete esse direito (HAUGEN, 2021). Ao filtrar e hierarquizar os conteúdos com base em critérios de engajamento, previsibilidade e lucratividade, tais sistemas limitam a diversidade informacional e reforçam bolhas de reafirmação ideológica (PARISIER, 2011). O sujeito deixa de ter acesso à multiplicidade de vozes e perde a possibilidade de confrontar visões divergentes, o que fragiliza sua formação crítica e sua inserção ética no mundo. (PARISIER, 2011)

Diante disso, este trabalho propõe-se investigar os impactos dos algoritmos de recomendação da META na formação da subjetividade de adolescentes. Isso parte da hipótese de que os algoritmos atuam como dispositivos de subjetivação contínua, moldando emoções, percepções, desejos e valores com base em lógicas de mercado e critérios opacos. O objetivo é compreender de que forma esses mecanismos afetam o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e da participação cidadã entre jovens, bem como apontar possíveis estratégias de resistência e transformação.

Por fim, é preciso lembrar que o digital não é um destino, mas uma construção. A arquitetura das redes, os critérios dos algoritmos e as regras da circulação informacional não são neutros nem imutáveis, são escolhas políticas que refletem visões de mundo. Reivindicar o direito à informação plural, transparente e democrática é reivindicar o direito a uma subjetividade livre, reflexiva e aberta à alteridade. (HAUGEN, 2021)

2 SUBJETIVIDADE

Compreender a constituição da subjetividade na contemporaneidade exige uma análise crítica dos mecanismos de poder que atuam sobre os corpos, as condutas

e os modos de vida. As contribuições teóricas de Michel Foucault e Byung-Chul Han oferecem um conjunto de conceitos fundamentais para refletir sobre os dispositivos que moldam a experiência do sujeito moderno. Biopolítica, governamentalidade, corpo dócil, sociedade da transparência e sociedade do cansaço fazem parte de um campo teórico robusto que permite problematizar as formas sutis e eficazes de subjetivação no interior de sociedades marcadas por vigilância, performance e normalização.

Michel Foucault, em "Vigiar e Punir" (1975), analisa uma nova tecnologia de poder baseada na disciplina dos corpos. O conceito de corpo dócil, refere-se à produção de corpos moldáveis, treináveis e eficazes. Trata-se de um poder que age sobre o tempo, o espaço e os gestos, buscando eficiência, produtividade e controle. O corpo passa a ser monitorado, corrigido e adestrado, que torna funcional para os objetivos das instituições. "É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado." (FOUCAULT, 1975, p. 162). Nesse processo, a subjetividade é construída como um efeito da normatização, o sujeito moderno é aquele que internaliza as exigências disciplinares e passa a controlar a si mesmo.

A disciplina, nesse contexto, não é mais uma técnica punitiva, mas sim um mecanismo de formação do sujeito. Ela atua sobre o corpo de forma minuciosa, calculada, que visa não apenas à obediência, mas à criação de um tipo de sujeito que se autorregula. Foucault descreve esse processo como uma microfísica do poder, isto é, um poder que opera nos detalhes da vida cotidiana, nos gestos e nas atitudes. O corpo dócil é, portanto, um corpo politicamente útil e economicamente produtivo, adaptado aos ideais da modernidade. Essa forma de poder é eficaz justamente por não ser visível ou explícita, ela se infiltra nos pequenos hábitos, nos discursos pedagógicos, nas práticas institucionais, nos mecanismos de avaliação e vigilância. (FOUCAULT, 1975)

Dessa forma, Foucault (1976) desenvolve os conceitos de biopolítica e governamentalidade, que ampliam a análise para os modos como o poder se estende para além dos corpos individuais, alcançando a sociedade como um todo. A biopolítica é a forma como o poder moderno se volta para a gestão da vida biológica da população. Ao invés de apenas controlar os corpos de forma individualizada, como na disciplina, o biopoder atua sobre a população como um todo, regulando nascimentos, mortes, epidemias, condições sanitárias, hábitos de consumo, entre outros aspectos

cotidianos. Para Foucault (1976), a vida passa a ser objeto de cálculo, previsão e intervenção, que é transformada em um campo de administração política.

Esse gerenciamento biopolítico se desenvolve a partir da mistura entre saber e poder, sejam estatísticas, inquéritos, diagnósticos e normativas que buscam regular a vida coletiva de maneira racional. A saúde pública, a previdência social, a segurança e a educação são setores atravessados por essa racionalidade biopolítica, que naturaliza a intervenção constante do Estado e das instituições na vida dos indivíduos. O sujeito é, assim, duplamente moldado, como corpo individual, através da disciplina e como parte de uma população, por meio da biopolítica.

A governamentalidade de Foucault (1979), por sua vez, refere-se à racionalidade política que estrutura essa gestão da vida. Não se trata apenas do governo do Estado, mas de uma lógica de condução das condutas que atravessa instituições, práticas cotidianas e até mesmo os desejos dos sujeitos. Nesse sentido, governar é fazer com que os sujeitos regulem a si mesmos. É de uma técnica de poder que se apoia na liberdade do indivíduo para induzir comportamentos desejados, normatizando as condutas sem necessidade de coerção explícita. Essa forma de poder é mais eficiente porque atua de maneira difusa, modulando possibilidades e formatando subjetividades.

O sujeito governado não é, necessariamente, forçado a obedecer, ele é persuadido a se adaptar, a responder às expectativas, a conformar-se. A governamentalidade cria as condições para que o poder seja exercido sem parecer autoritário. Para Foucault (1979), a liberdade é cuidadosamente regulada, e o campo das escolhas possíveis é delimitado previamente por normas, indicadores e modelos de conduta. A subjetividade é, portanto, atravessada por dispositivos que a moldam desde dentro. (FOUCAULT, 1979)

Nesse ponto, as reflexões de Byung-Chul Han atualizam e aprofundam as contribuições foucaultianas. Em "Sociedade do Cansaço" (2015), Han observa que a sociedade atual já não se estrutura a partir da negatividade da proibição, mas sim da positividade do desempenho. O sujeito neoliberal é impulsionado pela obrigação de ser livre, produtivo e realizado. Essa liberdade, contudo, transforma-se em um fardo. O indivíduo, ao se responsabilizar integralmente por seu sucesso e fracasso, torna-se vítima de uma autoexploração que resulta em adoecimentos psíquicos como depressão, ansiedade e burnout (HAN, 2017). A pressão constante por performance esvazia o tempo, destrói o descanso e compromete a interioridade do indivíduo.

No livro "Sociedade da Transparência" (2017), Han critica a ideia da visibilidade total. Tudo deve ser exposto, compartilhado, quantificado. A opacidade, o silêncio e o segredo são percebidos como obstáculos à eficiência e à confiança. A transparência, no entanto, longe de promover liberdade, aprofunda o controle, o sujeito se transforma em um objeto de avaliação constante, que se compara com os outros, padronizando-se, apagando sua singularidade e elimina a transparência da formação de subjetividade. O desejo de reconhecimento se converte em vigilância voluntária. Assim, a sociedade da transparência intensifica a vigilância, porém sem a presença de um vigia externo real, porque o próprio sujeito torna-se vigia de si mesmo.

O sujeito da performance se explora voluntariamente até se exaurir. Ele é senhor e escravo ao mesmo tempo. A autoexploração é mais eficiente que a exploração alheia, pois anda de mãos dadas com o sentimento de liberdade. (HAN, 2017, p. 23)

Já para Foucault a subjetividade implica reconhecer que os modos como nos constituímos como sujeitos são indissociáveis das relações de poder que atravessam a sociedade. Em "Microfísica do Poder" (FOUCAULT, 1978), Foucault desmonta a noção de poder como algo unicamente repressivo ou centralizado, propondo uma análise que revela sua presença disseminada e cotidiana, operando nas instituições, nos discursos e nos corpos. Neste livro, dois conceitos ganharam destaque, conceito de biopolítica e governamentalidade, já supracitados. Ambos são essenciais para entender como o poder moderno não apenas domina, mas produz sujeitos.

Na obra "Microfísica do Poder", Foucault nos mostra que essas formas de poder não apenas disciplinam os corpos, mas criam sujeitos. O poder moderno é mais eficaz justamente porque é menos visível, ele não se impõe pela força, mas pela padronização. O sujeito passa a regular sua própria conduta, a vigiar a si mesmo, a se responsabilizar por seu próprio desempenho. A subjetividade torna-se, assim, o principal alvo e também o principal operador do poder.

Trata-se de obter um tipo de poder que, ao mesmo tempo, se exerce diretamente sobre o corpo e tem uma incidência individualizada e constante sobre os corpos, sobre o modo como eles agem, sobre o modo como eles se comportam, sobre o modo como eles se conduzem na vida cotidiana. (FOUCAULT, 1979, p. 141)

A articulação entre os conceitos de Foucault e Han nos permite enxergar como o poder, hoje, não se impõe mais com brutalidade, mas se infiltra delicadamente na

maneira como vivemos, pensamos e sentimos, na nossa subjetividade. Dessa forma, corpo dócil que Foucault descreve, moldado pelas instituições disciplinares reaparece na figura do sujeito do desempenho de Han, alguém que, acreditando estar livre, se submete voluntariamente às exigências do rendimento, da exposição constante e da otimização pessoal. Ambos os autores mostram que o poder, mais do que nunca, age de dentro para fora, naturalizando imperativos e transformando a autonomia em ferramenta de controle.

Nesse cenário, a biopolítica se renova como uma forma de gestão que busca não apenas controlar a vida, mas também aperfeiçoá-la segundo critérios de utilidade e produtividade. A governamentalidade, por sua vez, se expressa em discursos que nos convidam o tempo todo a sermos melhores, mais eficientes, mais transparentes. Entre a docilização do corpo e a transparência da alma, o sujeito do presente torna-se cada vez mais responsável por tudo, inclusive por sua própria exaustão e burnout. Pensar esses mecanismos é, portanto, um exercício necessário, é reconhecer que, mesmo sob a aparência da liberdade, ainda somos atravessados por dinâmicas que limitam nossa capacidade de existir de modo mais “nosso” e independente.

2.1 ADOLESCÊNCIA

A adolescência é uma fase crucial em que a subjetividade do indivíduo passa por intensas transformações. É durante esse período que o jovem busca construir sua identidade pessoal, definindo “quem é, quais são seus valores e quais as direções que deseja seguir pela vida”. De acordo com o psicólogo Erik Erikson, criar uma identidade única é a tarefa central do adolescente, envolvendo compromisso com crenças, valores e metas que deem sentido ao seu “eu”. Essa construção identitária é influenciada por inúmeros fatores, desde características naturais e traços de personalidade até identificações com outras pessoas e os valores culturais. Ou seja, a subjetividade adolescente resulta de uma interação complexa entre o mundo interior (emoções próprias), o mundo relacional (família, amigos, figuras de referência), o mundo sociocultural em que o jovem está inserido e agora no mundo digital (redes sociais). ROSA ET AL (2021, p. 5)

James Marcia foi a responsável pelo desenvolvimento de um modelo de identidade infanto-juvenil, que junto as ideias de Erikson, descreveu dois processos essenciais na formação identitária, a exploração ou “crise” e o comprometimento. A exploração refere-se ao período em que o adolescente questiona os valores recebidos e experimenta diferentes papéis antes de definir posicionamentos de fato próprios. Já o comprometimento diz respeito às escolhas efetivas e ao engajamento em um conjunto de valores ou objetivos após essa busca. A partir disso, Marcia identificou estados de identidade, que são moratórias (exploração ativa sem compromisso definido), identidade hipotecada (compromisso sem exploração prévia) e identidade consolidada (compromisso após exploração). Essa ideia de Marcia permite compreender a variedade de caminhos que a identidade em formação de um adolescente pode percorrer durante sua consolidação

Ademais, David Elkind ao analisar a psicologia cognitiva contribuiu para entender a subjetividade adolescente. Além disso, David ao estudar o egocentrismo adolescente, cunhou os termos público imaginário e fábula pessoal para descrever construções típicas da juventude. O público imaginário refere-se à crença dos adolescentes de que estão constantemente sendo observados e julgados por todos ao seu redor. Já a fábula pessoal é a convicção de que suas experiências, sentimentos e vivências são únicas e especiais. Em conjunto, esses fenômenos levam o jovem a se sentir no centro das atenções e singular.

Vale destacar que, a subjetividade adolescente é profundamente moldada pelas relações de reconhecimento e pertencimento. Foucault em microfísica do poder apresenta que a subjetividade é construída através do processo de identificação e ideais presentes em seu meio, bem como a cultura que atravessa o sujeito. Na prática, isso significa que o adolescente forma seu sentido de si espelhando-se (ainda que parcialmente) nas pessoas e nos valores ao seu redor. Como ressalta Gomes (2016), durante a adolescência a subjetividade se configura como “a soma do reconhecimento e das identificações parciais que se edificam no adolescente, ligada à introjeção do meio social”. Em outras palavras, o eu do adolescente vai se compondo de pedaços dos outros, seja elas pelas aprovações ou críticas que recebe, dos grupos aos quais quer pertencer, dos ideais de sucesso ou beleza propagados socialmente. (ERIKSON, 1972)

De acordo Zygmunt Bauman, a subjetividade dos jovens é atravessada por um contexto digital e líquido. Os adolescentes de hoje, a Geração Z, são os primeiros

“nativos digitais”, uma geração inteira que cresceu em um mundo marcado pela rápida transformação e pela incerteza estrutural. Bauman observou que, na modernidade líquida, tudo é transitório e volátil, desde as instituições e relações até “o próprio sentido de identidade”, que se torna dinâmico e fluido. Criar a si mesmo torna-se um projeto contínuo e desafiador, os jovens precisam constantemente adaptar e reinventar suas identidades para acompanhar as mudanças ao redor. Por um lado, essa liberdade de ser múltiplo e reinventar-se traz possibilidades de expressão antes impensáveis. Por outro, ela vem acompanhada de insegurança, ansiedade e uma busca constante por validação. (ELKIND,1972)

Em suma, a adolescência é um período de grandes descobertas e desafios, que cada jovem busca entender seu lugar no mundo e construir sua própria identidade. É uma fase de intensas emoções e da busca por independência, que se desenrola em um cenário complexo. As expectativas que vêm de fora, a pressão por resultados e até mesmo a influência constante do ambiente digital, com seus algoritmos e validações rápidas, moldam essa jornada. Navegar por tudo isso exige um esforço contínuo para se conhecer e se afirmar. O desenvolvimento é a parte do trabalho em que o estudo em si é apresentado, por isso, além de ser a parte mais extensa, é a etapa em que serão apresentados o desenvolvimento dos objetivos, as respostas para as questões de pesquisa e se há a validade nas hipóteses.

3 ALGORITMOS DE RECOMENDAÇÃO

Os algoritmos de recomendação se tornaram peças fundamentais na mediação do cotidiano digital. Presentes em diversos lugares, seja plataformas de streaming, redes sociais ou motores de busca, são eles que organizam o fluxo informacional, determinando o que se vê, quando se vê e, quem vê (META,2021). No entanto, esses sistemas não operam de forma neutra ou aleatória. Como explica Gillespie (2014), os algoritmos de recomendação funcionam como “curadores invisíveis”, capazes de definir quais conteúdos merecem atenção e quais devem ser desconsiderados. Essa curadoria algorítmica confere poder simbólico e político às plataformas, pois molda o espaço público de circulação de ideias. (ABRAÃO, 2014)

Essa capacidade de selecionar conteúdos não é guiada por critérios éticos ou educacionais, para tornar a internet um espaço democrático e justo. Mas sim, por métricas de engajamento, como tempo de permanência, cliques, curtidas e compartilhamentos (META,2021). De acordo com Gillespie (2014, p. 168) “os algoritmos são produtos de escolhas humanas que refletem normas institucionais, suposições sociais e metas comerciais”. Dessa forma, o que parece ser apenas uma ferramenta de recomendação é, na realidade, um mecanismo de filtragem profundamente influenciado por interesses econômicos e ideológicos. (GILLESPIE, 2014).

A promessa de neutralidade algorítmica, ideia de algoritmos sem posicionamentos, ideais, valores. Que é amplamente propagada pelas plataformas, é um dos mitos mais recorrentes da era digital. Para Gillespie (2014), essa imparcialidade é uma estratégia para legitimar decisões automatizadas e ocultar os critérios que orientam a seleção dos conteúdos. O autor defende que a alegada “objetividade” dos algoritmos mascara as decisões de curadoria tomadas por engenheiros e corporações, que operam a partir de um conjunto restrito de valores, os quais geralmente priorizam o lucro.

À luz de Gillespie, Sergio Amadeu da Silveira (2017) denuncia a existência de uma “*governança algorítmica oculta*” (p. 23), na qual as regras que estruturam o fluxo informacional são determinadas por sistemas fechados e não auditáveis. Segundo ele, o algoritmo se tornou um operador de poder político, pois define o que pode circular, o que será visto e até mesmo o que será lembrado. Silveira (2017) alega a existência de uma nova forma de censura, que se mostra como silenciosa, sofisticada e programada em código, os algoritmos.

Nesse contexto, as plataformas digitais assumem o papel de mediadoras da realidade, ou melhor, de arquitetas de diferentes realidades, moldadas por interesses corporativos. Isso é evidenciado pelo conceito de “*capitalismo de vigilância*”, desenvolvido por Shoshana Zuboff (2018), que analisa a lógica de mercado que sustenta e orienta as dinâmicas operacionais dos algoritmos de recomendação. Para a autora, a nova ordem econômica das big techs se sustenta na extração unilateral de dados comportamentais para fins de modificação de conduta (ZUBOFF, p.18, 2018). Ou seja, os comportamentos humanos são transformados em matéria-prima para prever e ainda influenciar ações futuras, através dos algoritmos.

Segundo Zuboff (2018), essa nova forma de poder não precisa mais do consentimento dos sujeitos. O usuário se torna uma fonte de dados, e sua experiência é convertida em dados comportamentais, que alimenta modelos preditivos usados para moldar suas decisões futuras. Esse modelo de dominação é o que ela chama de “instrumentarianismo”, um poder que opera por meio da vigilância contínua e da manipulação algorítmica dos usuários.

O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como superávit comportamental do proprietário Shoshana Zuboff 19 rio, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde. (ZUBOFF, p.19, 2018)

Diferente do poder disciplinar analisado por Foucault, que busca moldar corpos e comportamentos a partir da vigilância visível, o instrumentarianismo atua em silêncio. Como afirma Zuboff, “*não é necessário coagir quando se pode projetar os caminhos pelos quais as pessoas inevitavelmente andarão*” (Zuboff, 2018, p. 22). A dominação se dá, assim, não mais pela repressão, mas pela previsão e pela sugestão estratégica de comportamentos desejados, extraídos através dos dados dos clientes.

Ademais, Silveira (2017) alerta para o fato de que os algoritmos operam como “dispositivos de poder simbólico invisível”, moldando o comportamento e o pensamento sem que o sujeito perceba. De forma semelhante a Zuboff (2018), ele observa que o poder algorítmico não reprime, mas modula, orienta e dirige condutas a partir de estímulos digitais. O resultado é a formação de uma subjetividade moldada a partir de padrões de previsibilidade e eficiência, em que o indivíduo absorve os critérios da plataforma como se fossem seus próprios. (SILVEIRA, 2017, p. 269).

Nesse processo, emerge o que pode ser chamado de subjetivação algorítmica, uma forma de constituição do sujeito mediada por sistemas automatizados, que selecionam e organizam as experiências vividas online (SILVEIRA, 2017). Como explica Zuboff (2019, p. 352), “*O instrumentarianismo corrói as capacidades humanas de agir autonomamente*”. Assim, a personalização extrema dos algoritmos, vendida como liberdade, na verdade prende o sujeito em bolhas informacionais, incapacitando o usuário de agir por si, ele age a partir da modulação algorítmica.

Essa dinâmica é especialmente preocupante entre os jovens, que estão em processo de formação identitária e cognitiva. Apresentado anteriormente por Pariser no ano de 2011 em “Filter Bubble”, os algoritmos reforçam preferências preexistentes e evitam confrontos com ideias divergentes, criando uma zona de conforto informacional que empobrece o pensamento crítico. A exposição contínua a conteúdos homogêneos, direcionados por critérios de engajamento emocional, reduz a capacidade de reflexão, tolerância e diálogo com ideias contrárias, que são pilares fundamentais para a cidadania. (PARISIER, 2011)

Os jovens, portanto, deixam de ser apenas usuários e tornam-se sujeitos capturados por um sistema que os molda de dentro para fora. Como resume Silveira (2017, p. 49), “*os algoritmos operam não apenas como mediadores da informação, mas como engenheiros da atenção, da memória e da sensibilidade*”. A subjetividade contemporânea é, nesse sentido, o produto de um processo contínuo de formatação digital, alimentado por dados, calculado por códigos e orientado por lógicas de mercado (SILVEIRA, 2017).

3.1 META

A empresa META, conglomerado responsável por redes sociais como Facebook, Instagram e Threads, representa o modelo de poder algorítmico na seleção de conteúdos na contemporaneidade. Suas plataformas não apenas intermediam relações sociais, mas impactam as formas de ver, sentir e observar no mundo. Isso porque o que é apresentado ao usuário não resulta de uma experiência livre, mas de uma curadoria invisível, operada por sistemas automatizados de recomendação. Trata-se de algoritmos que organizam a informação a partir de padrões comportamentais prévios, orientando a permanência do usuário na plataforma por meio de estímulos emocionais, sensoriais e identitários.

De forma explícita, a Meta afirma que seus algoritmos são treinados para “*prever com precisão quais conteúdos as pessoas acham mais significativos*” (META, 2021). No entanto, por trás disso está a lógica do engajamento como principal métrica de sucesso. Cada segundo de atenção, cada clique ou deslize de tela é analisado e convertido em dados comportamentais que alimentam modelos preditivos. O objetivo

não é informar, educar ou popularizar a experiência informacional do sujeito, mas sim reter sua atenção pelo maior tempo possível, que gera mais oportunidades para a exposição a anúncios publicitários e coleta de novos dados.

A ex-funcionária da Meta, Frances Haugen, revelou ao Senado dos Estados Unidos, em 2021, durante um testemunho, documentos internos da empresa que demonstram como os algoritmos do Facebook foram projetados para maximizar o engajamento a qualquer custo, mesmo quando isso significava promover conteúdo nocivo.

O Facebook quer que você acredite que os problemas que discutimos não têm solução. Quer que você aceite escolhas falsas, como se fosse inevitável ter que optar entre se conectar com as pessoas que ama e preservar sua privacidade. Quer que você pense que, para compartilhar fotos divertidas dos seus filhos com velhos amigos, é preciso também ser bombardeado com desinformação. Quer que você veja isso como parte do pacote. Estou aqui hoje para dizer que isso não é verdade. Esses problemas podem ser resolvidos. É possível ter uma rede social mais segura e prazerosa. Mas, se existe uma única mensagem que espero que todos levem dessas revelações, é a de que o Facebook escolhe o lucro em vez da segurança todos os dias — e, sem ação, isso continuará acontecendo. (HAUGEN, 2021, p.4)

Em outras palavras, a própria Meta tem consciência de que seus sistemas de recomendação privilegiam conteúdos polarizadores, desinformativos ou emocionalmente carregados, não por falhas técnicas, mas sim, porque essas são as publicações que mais geram reações, comentários e compartilhamentos. Consequentemente, mais lucro ao conglomerado.

Segundo o relatório vazado por Haugen, uma alteração no algoritmo do Facebook em 2018, justificada publicamente como forma de “promover conexões significativas”, teve como efeito colateral o aumento da circulação de discursos de ódio e desinformação. A empresa reconheceu internamente que “conteúdo carregado de ódio, divisões e polarização é mais eficaz para manter o usuário engajado” (HAUGEN, 2021), e decidiu não reverter as mudanças, pois os resultados comerciais eram positivos. Trata-se de uma decisão política atravessada pelo cálculo técnico. Como afirma Gillespie (2014, p. 192), *“os algoritmos não apenas classificam conteúdos, eles classificam pessoas, ideias e mundos possíveis”*.

Esse processo de filtragem, ranqueamento e priorização do conteúdo realizado pela Meta é estruturado a partir de múltiplos modelos de machine learning, que operam em conjunto para analisar os dados do usuário (HAUGEN, 2021). Esses modelos levam em consideração desde curtidas, comentários e compartilhamentos,

até o tempo de leitura de um post, a velocidade com que o usuário rola a tela e os perfis com os quais mais interage (META, 2021). Essa arquitetura algorítmica multifacetada cria um ecossistema de vigilância contínua, no qual cada comportamento é uma estatística para prever comportamentos futuros. Como afirma Zuboff (2018, p. 117), “a experiência humana tornou-se matéria-prima gratuita para práticas comerciais ocultas de extração, previsão e venda”. A partir disso, Haugen declara no senado americano sobre como a Meta “molda” a experiência de cada usuário através da extração de dados feita pelo próprio conglomerado.

Atualmente, o Facebook decide quais informações bilhões de pessoas recebem, moldando sua percepção da realidade. Mesmo quem não utiliza a plataforma acaba sendo afetado pela radicalização de quem a usa. Uma empresa que detém controle sobre nossos pensamentos, sentimentos e comportamentos mais profundos precisa ser submetida a uma supervisão efetiva. (HAUGEN, 2021, p.3)

Como consequência, temos o fortalecimento de bolhas informacionais altamente personalizadas. Cada adolescente que acessa o Instagram, por exemplo, recebe um fluxo de imagens, vídeos e sugestões de contas que refletem e reforçam as suas preferências e fragilidades (PARISIER, 2011). Pariser (2011) já alertava que *“quando os algoritmos determinam o que vemos, corremos o risco de deixar de ver o que precisamos”*. O que se configura, portanto, é uma prisão cognitiva, na qual a exposição ao diferente, ao contraditório e ao desafiador é drasticamente reduzida. (PARISIER, 2011)

Esse confinamento é especialmente problemático na adolescência, fase em que a subjetividade ainda está em formação. A busca por pertencimento, reconhecimento e identidade, natural do desenvolvimento juvenil é manipulada pelas métricas algorítmicas da visibilidade. (HAUGEN, 2021) Curtidas, visualizações e seguidores tornam-se símbolos de valor pessoal. Como observa Byung Chul Han (2017), o sujeito neoliberal contemporâneo é aquele que se autoexplora em busca de performance, visibilidade e validação, chamada por Han como a sociedade de transparência. No Instagram, essa dinâmica é demasiada, a plataforma transforma a vida cotidiana em vitrine contínua, na qual o adolescente é ao mesmo tempo o produto, o consumidor e o próprio público. (HAN, 2017)

Além disso, estudos internos da Meta revelaram que o Instagram agrava distúrbios de imagem corporal entre meninas adolescentes. Em uma das pesquisas

vazadas por Haugen afirma que 32% das adolescentes que já se sentiam mal com seu corpo relataram que o Instagram as fez sentir-se ainda pior (HAUGEN, 2021). Ao priorizar conteúdos com estética padronizada, corpos irreais e rotinas de perfeição, os algoritmos promovem um ideal de vida “impossível”, provocando ansiedade, insegurança e sensação constante de não aceitação (HAUGEN, 2021). Trata-se de uma forma de poder algorítmico que atua diretamente sobre a subjetividade, não impõe normas, mas insinua modelos, não reprime, mas compara, não ordena, mas induz. (HAN, 2014)

Sergio Amadeu da Silveira (2017) define esse fenômeno como códigos invisíveis de poder, que atuam de forma silenciosa sobre o sujeito, moldando sua percepção sem que ele perceba. Segundo Silveira (2017) *“softwares e algoritmos são invisíveis para a maioria das pessoas. Esses códigos são apresentados pelo mercado como algo que não precisamos saber como funcionam, desde que cumpram suas finalidades”* (SILVEIRA, 2017, p. 269). Essa naturalização do controle é o que permite que os algoritmos da Meta operem como dispositivos da governamentalidade contemporânea, nos termos de Foucault. A conduta dos indivíduos é regulada não pela coerção, mas pela sugestão contínua, pela repetição confortável, pelo reforço positivo que premia determinados comportamentos e silencia outros. Dessa forma, não é preciso um questionamento e nem aceitação. (HAN, 2014)

Em suma, os algoritmos da Meta não são apenas ferramentas técnicas, são agentes ativos na construção da realidade social e subjetiva de seus usuários. Eles decidem o que é relevante, moldam a percepção do que é verdadeiro e definem os parâmetros do desejável (HAUGEN, 2021). Especialmente entre adolescentes, atuam como engenheiros da atenção, da identidade e do desejo. Ao internalizarem os critérios algorítmicos de visibilidade e valor, os jovens aprendem a existir para a plataforma e por meio dela.

Diante disso, pensar os algoritmos da Meta é pensar a política, a ética e a subjetividade na era digital. É compreender que o espaço informacional não é neutro, mas profundamente estruturado por interesses comerciais e relações de poder (PARISIER, 2011). E quando esse processo acontece de forma imperceptível, silenciosa e personalizada, ele compromete não apenas a liberdade de escolha, mas também a própria formação do sujeito (SILVEIRA, 2017)

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

A subjetividade juvenil hoje se forma a partir da junção entre dispositivos técnico-econômicos e racionalidades políticas. Se a biopolítica e a governamentalidade tratam do governo da vida e das condutas (FOUCAULT, 1979), a psicopolítica descreve a interiorização dessas normas sob a visão do desempenho (HAN, 2017). É nesse terreno que os algoritmos de recomendação operam como mediadores da atenção, da memória e do desejo.

Em Foucault, a disciplina produz “corpos dóceis” por micropráticas que organizam gestos, tempos e espaços (FOUCAULT, 1975). Esse poder é eficaz porque se infiltra nos detalhes, convertendo o sujeito em operador de sua própria vigilância (HAN, 2017). No ambiente digital, o mesmo princípio reaparece, a partir da teoria de Silveira (2017) vemos que os algoritmos são os mecanismos de produção de corpo dócil na internet, sendo chamado pelo próprio como “códigos invisíveis de poder”.

A biopolítica amplia o foco para a gestão da vida em escala populacional, calculando riscos, comportamentos e fluxos (FOUCAULT, 1979). Transposto ao ecossistema de plataformas, esse cálculo assume feição computacional, populações inteiras são transformadas em bases de dados, que alimentam os modelos algorítmicos os quais a partir disso são capazes de “prever” o usuário, consequentemente se tornam dispositivos que organizam e manipulam o próprio cliente (HAUGEN, 2021). Assim, a governamentalidade se codifica em sistemas que regulam a experiência da pessoa (FOUCAULT, 1979) e do usuário.

Byung-Chul Han atualiza o diagnóstico; o imperativo não é mais proibir, mas sim performar. O sujeito se cobra, se mede e se expõe em nome de uma liberdade entendida como auto-otimização (HAN, 2017). A opacidade cede lugar à transparência como valor supremo, que transforma o íntimo em vitrine contínua, mensurável e comparável. Nesse regime, a coerção cede à sedução da performance. (HAN, 2017). Como sintetiza Han, “a autoexploração é mais eficiente que a exploração alheia, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade” (HAN, 2017, p. 23). Assim, essa ideia de Han vai em encontro com a ideia de David Elkind (1972), visto que o adolescente em formação percebe suas escolhas como autônomas, se sentindo livre e independente. No entanto, opera dentro de arranjos de visibilidade e recompensa dos algoritmos que os orientam sem declarar comandos. (HAN, 2017)

Ademais, a teoria de Han supracitada se alinha totalmente ao pensamento de Shoshana Zuboff (2018), ao dizer “*não é necessário coagir quando se pode projetar os caminhos pelos quais as pessoas inevitavelmente andarão*” (Zuboff, 2018, p. 22). No mundo digital, não é mais necessário forçar o usuário a algo, sendo que você pode induzir as escolhas que serão feitas pelo próprio, através de uma ideia de que ele está sendo livre, quando na verdade está sendo manipulado pelo algoritmo. (HAUGEN, 2021)

É aqui que entram os algoritmos como curadores. Tarleton Gillespie propõe “desempacotar” os sistemas para evidenciar que eles incorporam decisões humanas, normas institucionais e metas comerciais, e não a neutralidade técnica (GILLESPIE, 2014). O que aparece na tela resulta de escolhas sobre o que conta como “relevante”, “popular” ou “significativo”. Portanto, a chamada imparcialidade algorítmica, funciona como mito legitimador para a escolha de conteúdos em detrimento de outros.

Ao ocultar critérios, as plataformas revestem decisões de negócios com a objetividade (GILLESPIE, 2014). O efeito político é claro, desloca-se a disputa de valores para dentro da caixa-preta do código, fora do conhecimento público. Sergio Amadeu da Silveira (2017) denomina esse arranjo de governança algorítmica. “Softwares e algoritmos são invisíveis para a maioria das pessoas”, apresentados como ferramentas que “*não precisamos saber como funcionam desde que entreguem resultados*” (SILVEIRA, 2017, p. 269).

Essa invisibilidade técnica naturaliza critérios privados como se fossem universais (SILVEIRA, 2017). Essa governança age sobre o fluxo e a memória social, define o que circula, o que se repete e o que desaparece. O poder não se exprime por proibição explícita, mas por ranqueamento e ocultamento (SILVEIRA, 2017). Para o adolescente, isso significa ver o mundo sob um roteiro de visibilidade calibrado por uma série de métricas dos algoritmos.

No plano econômico, Shoshana Zuboff identifica um novo regime de acumulação, o capitalismo de vigilância. Trata-se de “*uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais ocultas de extração, previsão e venda*” (ZUBOFF, 2019, p. 8). A experiência vira dado e o dado vira mercadoria. Esse processo produz excedente comportamental, restos informacionais que não são necessários à prestação do serviço, mas que alimentam modelos preditivos (ZUBOFF, 2019).

Embora o excedente comportamental deva ser vasto e variado, o capitalismo de vigilância gradualmente passou a compreender que a maneira mais segura de prever o comportamento é intervir em sua fonte e moldá-lo. Os processos inventados para alcançar esse objetivo são o que chamo de “economias de ação”. (ZUBOFF, 2019, p. 8).

Por conseguinte, nesses modelos, o valor cresce com a capacidade de antecipar ações e cresce ainda mais quando o ambiente é ajustado para induzi-las. Daí a passagem da previsão à modulação de condutas, que Zuboff chama de instrumentarianismo. Em vez de persuadir por discurso, ajusta-se o contexto, seja por design, notificações, sequência do feed, tudo milimetricamente organizado para “moldar” escolhas (ZUBOFF, 2019). Para Zuboff (2019), não é preciso coagir quando se molda o caminho.

Na adolescência, para Elkind (1972) tal moldagem encontra plasticidade elevada, sensibilidade ao reconhecimento, busca de pertencimento e comparação social permanente. O resultado é uma adesão espontânea a sinais de prestígio e aprovação (curtidas, visualizações, seguidores), que se convertem em índices de valor pessoal e em insumos para novas predições algorítmicas. (ZUBOFF, 2019)

Eli Pariser alerta que a personalização estreita horizontes e o feed tende a reforçar preferências já registradas, minimizando o encontro com a diferença (PARISER, 2011). A chamada bolha de filtros empobrece a experiência intelectual, pois diminui resistência e compreensão a divergências, elementos essenciais à formação do juízo crítico. (PARISIER, 2011)

Esse estreitamento tem custos democráticos. Ao reduzir a exposição a perspectivas divergentes, compromete-se o treino de tolerância e a capacidade de deliberar com argumentos (PARISER, 2011). Em outras palavras, a adolescência fica menos desafiada e mais confirmada, o que dificulta a construção de autonomia intelectual (PARISIER, 2011). No ecossistema da Meta, a personalização é operacionalizada por modelos de autoaprendizagem que estimam a probabilidade de interação e ordenam o que aparece primeiro (META, 2021). “Relevância” é um cálculo, e o cálculo tende a favorecer conteúdos que prolongam o tempo de tela, parâmetro central do negócio publicitário. (META, 2021) Mesmo que seja conteúdos maléficos aos usuários. (HAUGEN, 2021)

As revelações de Frances Haugen expõem o efeito dessa lógica. Ao depor no Senado dos EUA, ela afirmou: *“Facebook chooses profit over safety every day”* (HAUGEN, 2021, p. 3) que significa *“Facebook privilegia o lucro em detrimento da*

segurança todo dia". Documentos internos vazados por Haugen apontaram a priorização de conteúdos polarizadores por elevarem o engajamento, mesmo quando associados a danos sociais, como preconceito, manipulação e polarização da sociedade.

Haugen também destacou impactos psicossociais do Instagram sobre adolescentes. Pesquisas internas indicaram que parte expressiva de meninas com insatisfação corporal relatou piora ao usar a plataforma, sugerindo que o desenho algorítmico pode amplificar vulnerabilidades (HAUGEN, 2021). A vitrine da perfeição, mediada por métricas, cobra seu preço. A luz de Foucault, esses achados sugerem uma atualização da disciplina, não a norma imposta de fora, mas a norma internalizada pelo jogo de recompensas e sanções de visibilidade (FOUCAULT, 1979).

A docilidade desloca-se do corpo para a atenção, do espaço fechado para o feed infinito. (SILVEIRA, 2017). Em termos cognitivos, forma-se uma docilidade informacional, olhares treinados para recompensas rápidas, memórias guiadas por repetição e afetos orientados por métricas. A singularidade do espaço a previsibilidade estatística, a reflexão, à reatividade veloz, o que engaja circula, o que complica se perde (HAUGEN, 2021). Assim, o engajamento determina e molda o usuário da rede social.

Gillespie ajuda a explicar o viés estrutural do critério engajamento. Longe de neutro, ele privilegia intensidade emocional, sensacionalismo e polarização, conteúdos que maximizam cliques e permanência (GILLESPIE, 2014). O ganho de eficiência custa a profundidade do conteúdo, tanto mais simples a mensagem, maior sua chance de "estourar". Silveira (2017) nomeia esse processo como poder simbólico invisível. O código administra memória e esquecimento no fluxo social, decidindo o que será lembrado e o que se dissolverá no silêncio algorítmico (SILVEIRA, 2017). Isso configura um condicionamento suave para escolher o gosto, o humor e o juízo do usuário. (SILVEIRA, 2017).

Zuboff (2018) conecta a teoria de Silveira (2017) ao âmbito econômico, o excedente comportamental é transformado em produtos preditivos, negociados em mercados de futuros comportamentais, ambientes que criam incentivos técnicos e econômicos para moldar condutas previsíveis." (ZUBOFF, 2019 p. 96). É a engenharia de ambientes que estabiliza padrões para serem vendidos.

Subjetivar-se, aqui, é aprender a ver e a sentir segundo ordens de visibilidade ajustadas ao lucro (HAUGEN, 2021). Reduz-se a alteridade, acelera-se a afetividade

e modula-se a cognição (PARISIER, 2011). A autonomia crítica apesar de parecer se expandir, verdadeiramente, ela encolhe. Nada disso implica fatalismo tecnológico. O depoimento de Haugen demonstra que mudanças são possíveis quando há transparência e proatividade (HAUGEN, 2021). No entanto, nenhuma dessas mudanças são aplicadas, o que torna o ambiente digital cada vez mais perigoso aos usuários.

5 CONCLUSÃO

Durante a pesquisa da presente dissertação objetivos foram traçados, tendo como o principal deles: Analisar o impacto dos algoritmos de recomendação da META na formação da subjetividade dos usuários. Diante disso, as perguntas que o trabalho buscou responder foram: Como a exposição contínua a algoritmos de recomendação afetam e manipulam o pensamento crítico dos usuários? De que forma os algoritmos da META contribuem para uma limitação na percepção de ideias e visões diferentes de sua própria consciência? Quais os impactos da exposição constante a conteúdos emocionalmente apelativos na saúde mental e emocional dos jovens? Qual é o papel das bolhas de filtros na formação de visões de mundo fechadas e na polarização ideológica entre os jovens? Quais os limites entre a personalização algorítmica e a manipulação do comportamento? Com a finalidade de contemplar os questionamentos, o trabalho foi dividido em 3 seções: Subjetividade; Algoritmos de recomendação; Análise de resultados.

A partir da pesquisa do primeiro capítulo, foi possível o entendimento de como se dá a subjetividade de um indivíduo, tanto na atualidade com as contribuições de Byung-Chul-Han, quanto no século passado com Michel Foucault. Além disso, com a criação desta seção, permitiu compreender a subjetividade não como um caráter único de cada ser, mas sim como um objeto que pode ser mudado, moldado e transformado. Esse tópico é importante ao falar do desenvolvimento da subjetividade jovem, visto que é nesse período que o adolescente “monta” o seu eu, que será levado até o fim da sua vida. Em suma, no período infanto-juvenil é um momento que o jovem forma a subjetividade, que pode ser conduzida por instituições, discursos, cultura ou até os algoritmos.

Ademais, compreendeu-se também que o processo de formação do indivíduo, como visto, é fortemente influenciado pelo meio social, pela cultura e, atualmente, pelas redes digitais. O adolescente se vê diante de uma necessidade constante de pertencimento e reconhecimento, e é nesse cenário que ele começa a se espelhar em modelos externos para afirmar o seu eu. Entender essa fase é essencial, pois é nela que as estruturas de poder e de influência digital encontram terreno fértil para moldar pensamentos, comportamentos e afetos.

No desenvolvimento do terceiro capítulo, algoritmos de recomendação, tornou-se evidente que as tecnologias digitais não apenas organizam informações, mas constroem realidades. Ao decidir o que aparece e o que desaparece, os algoritmos assumem um papel ativo na formação da percepção e do pensamento. O sujeito digital é moldado por códigos que ditam o que é relevante, interessante e até o que é verdade. Essa constatação mostra que o poder contemporâneo deixou de estar apenas nas instituições físicas e passou a habitar nas telas, transformando o próprio espaço informacional em um campo de controle subjetivo.

O sub tópico da Meta permitiu observar de forma concreta como esse poder algorítmico atua no cotidiano. Suas plataformas moldam o olhar, a atenção e o desejo de milhões de usuários, sobretudo de jovens, que crescem acreditando que suas escolhas são espontâneas. No entanto, o que se percebe é uma curadoria silenciosa, guiada por interesses econômicos e métricas de engajamento. A cada interação, o usuário é moldado a ver o mundo por uma lente. Assim, o que antes parecia apenas tecnologia, revela-se como um dos dispositivos mais sofisticados de influência sobre a subjetividade.

Essa interação dos jovens com algoritmos é altamente prejudicial para qualquer usuário, ainda mais para os jovens em formação. Os algoritmos são dispositivos que visam apenas o lucro para a empresa, mesmo que signifique transformar o ambiente digital em um ambiente perigoso, que prolifera discurso de ódio, polarização da sociedade, entre outros problemas. Em outras palavras significa, que os usuários são moldados a partir de métricas de engajamento, que se

elimina a subjetividade singular de cada um e dão espaço para uma subjetividade vazia, acrítica e manipulável.

Além disso, de acordo com o testemunho de Francis Haugen. O conglomerado da META, tem a total clareza de como solucionar as questões de segurança de seus algoritmos, mas preferem deixar como está pelo fato de dar mais lucro a empresa.

Assim, prova os quão perigosos ambientes digitais são, e como as big techs não se importam com o bem-estar do usuário, apenas quando impactam no lucro. Dessa forma, fica evidente a valorização do lucro em detrimento da subjetividade por parte das big techs.

Esses impactos que atravessam a geração digital, tendem em breve serem as causas da ruína do pensamento crítico e da vivência em sociedade. Já que as pessoas que serão cada vez mais atingidas com a atuação dos algoritmos de recomendação, terão cada vez mais um pensamento acrítico, logo um pensamento menos racional, que podem atingir a banalidade. Além do pensamento crítico, a aceitação a ideologias divergentes também se vê afetada, que em longo prazo significa maior polarização da vivência cotidiana, assim a vivência em sociedade se apresenta como um desafio frente a curadoria algorítmica.

Por fim, o presente trabalho tinha objetivo de responder a seguinte questão: Impactos dos algoritmos de recomendação da META na formação da subjetividade de adolescentes? Já a hipótese era se algoritmos de recomendação funcionam como dispositivos de subjetivação na atualidade. A partir da pesquisa detalhada sobre o funcionamento dos algoritmos e formação da subjetividade, conclui-se que a hipótese foi plenamente corroborada. Os impactos da subjetivação algorítmica incluem a criação de bolhas informacionais, diminuição de autoestima nos jovens, aumento de doenças mentais, proliferação de discursos de ódio, entre muitas outras. Diante disso, a META se apresenta como conivente a esses problemas, pois existe o método para solucionar, só não existe a ética para resolver, porque preferem a ética do lucro, em detrimento do bem estar.

REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Claudio. Comunicação e subjetividade na cibercultura: contribuição para a crítica da (des)subjetivação em redes sociais digitais. São Paulo, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELKIND, David. Egocentrism in adolescence. Child Development, v. 38, n. 4, p. 1025–1034, 1967. Disponível em:

https://psycdweeb.weebly.com/uploads/3/5/2/0/3520924/elkind_and_adolescent_ego_centricism.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, T.; BOCZKOWSKI, P. J.; FOOT, K. A. (org.). *Media Technologies: Essays on Communication, Materiality, and Society*. Cambridge, MA: MIT Press, 2014. p. 167-194.

GOMES, Camila. O impacto das fake news sobre as políticas públicas. São Paulo, 2021.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

META PLATFORMS, Inc. *How Instagram Works: Recommendation Guidelines*. 2021.

PARISIER, Eli. *The filter bubble: what the internet is hiding from you*. New York: Penguin Press, 2011.

ROSA, Amanda de Oliveira et al. Percepção de jovens brasileiros sobre as repercussões das redes sociais na subjetividade. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/psicologiapp/article/view/12495>. Acesso em: 04 jun. 2025.

SCHOEN-FERREIRA, Tânia H.; AZNAR-FARIAS, M. et al. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 107–115, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Znk7XXtFvWkqJZbvNMgQKrg/>. Acesso em: 06 jun. 2025

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Códigos invisíveis: poder algorítmico e desigualdades nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Governo dos algoritmos. *Revista Políticas Públicas*, v. 21, n. 1, p. 267–282, 2017. Acesso em 28 ago. 2025

UNITED STATES SENATE. *Testimony of Frances Haugen on Facebook's Harm to Children*. Washington D.C.: Committee on Commerce, Science, and Transportation, 2021. Acesso em 12 ago. 2025

